

A.I. N.º - 299167.0009/06-9
AUTUADO - COMERCIAL SEKI BARBOSA LTDA.
AUTUANTE - MARIA DE FÁTIMA FERRAZ SILVA GUIMARÃES
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 24/10/2006

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0321-05/06

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo, entre as Unidades da Federação envolvidas na operação, o pagamento do ICMS devido pelo adquirente, relativo às suas próprias operações e às subsequêntes com as referidas mercadorias, será efetuado por antecipação. No entanto, parte das aquisições questionadas já havia sido objeto de recolhimento do imposto devido por antecipação. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/06/06, exige ICMS no valor de R\$3.358,07, acrescido da multa de 60%, em virtude da falta de recolhimento do imposto devido por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente aquisições de mercadorias (auto peças) provenientes de outras unidades da Federação, enquadradas no regime da substituição tributária.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 23/25, alegando que as notas fiscais n.ºs 27803 e 27804 foram devidamente lançadas no Livro Registro de Entradas, e o imposto devido por antecipação, tempestivamente recolhido no montante de R\$ 2.771,12. No que se refere à nota fiscal n.º 2060, diz que não foi lançada porque a mesma foi extraviada em algum trecho do percurso, sendo que até a presente data sua via não foi localizada. Alega que não houve má fé, e que tem como praxe receber suas mercadorias depois de recolher o imposto.

A autuante em informação fiscal (fl. 36), acata as alegações defensivas em relação às notas fiscais n.ºs 27803 e 27804, dizendo que somente por ocasião de sua defesa o autuado comprovou o recolhimento do imposto (fl. 28).

No que diz respeito à nota fiscal n.º 2060 mantém a exigência, aduzindo que o sujeito passivo não comprovou o recolhimento do imposto.

Ao final, requer que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente no valor de R\$586,63.

O autuado foi intimado (fls. 37/38) para tomar ciência da informação fiscal prestada, porém não se manifestou.

VOTO

O presente Auto de Infração exige ICMS, em virtude da falta de recolhimento do imposto devido por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente aquisições de auto

peças (Notas Fiscais nºs 27803, 27804 e 2060) provenientes de outras unidades da Federação, enquadradas no regime da substituição tributária.

Todavia, o autuado comprovou nos autos que em relação às notas fiscais nºs 27803 e 27804, além das mesmas estarem devidamente lançadas no livro Registro de Entradas, o imposto devido por antecipação foi tempestivamente recolhido no montante de R\$2.771,12.

Já no que diz respeito à nota fiscal nº 2060, a justificativa apresentada pelo autuado de que o referido documento não foi lançado porque o mesmo foi extraviado em algum trecho do percurso, não exime o contribuinte do pagamento do imposto ora questionado, tendo em vista que a autuação se baseou na via da nota fiscal em comento que se encontra anexado ao PAF à fl. 17.

Dessa forma, ao não comprovar o recolhimento do imposto devido por antecipação relativo à nota fiscal nº 2060, fica mantida a autuação apenas no que refere a este documento, cujo valor do ICMS exigido monta no valor de R\$586,63.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, mantida apenas a ocorrência de 31/10/05 no demonstrativo de débito à fl. 01, devendo o órgão competente homologar o valor recolhido.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 299167.0009/06-9, lavrado contra **COMERCIAL SEKI BARBOSA LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$586,63**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo o órgão competente homologar o valor recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de outubro de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR